

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ENSINO FUNDAMENTAL NA/PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

TEACHER TRAINING IN ELEMENTARY EDUCATION IN/FOR INCLUSIVE EDUCATION

 Maciliana de Souza Bezerra^A
 Denilson Diniz Pereira^B

^A UFAM, Manaus, AM, Brasil

^B UFAM, Manaus, AM, Brasil

Recebido em: 21 de julho de 2024 | **Aceito em:** 27 de janeiro de 2025
Correspondência: Maciliana de Souza Bezerra (maciliana10@gmail.com)

Resumo

A presente pesquisa apresenta um estudo sobre a formação de professores que estão no ensino fundamental e como ocorre o diálogo com a Educação Inclusiva em uma escola da zona centro oeste do município de Manaus/Am. O objetivo geral da pesquisa é analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência nas turmas de ensino regular dos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola da zona centro oeste do município de Manaus/Am. Averiguar como se constituiu a história e evolução da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e na educação. Discutir possibilidades para ampliação e garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Contribuir para uma reflexão crítica quanto à postura dos profissionais da educação no exercício de suas práticas pedagógicas. Para alcançar o objetivo usamos uma abordagem qualitativa, realizando uma pesquisa de campo é um método de pesquisa que envolve coleta de dados diretamente do ambiente onde ocorre o fenômeno. Diante disso, a coleta de dados para obtenção de uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenômenos observados, foram realizadas visitas de campo para observar e registrar as informações, questionários o qual também uma observação detalhada para documentar a pesquisa.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Professores.

Abstract

This research presents a study on the training of teachers who are in elementary school and how the dialogue with Inclusive Education occurs in a school in the central west zone of the city of Manaus/Am. The general objective of the research is to analyze the process of inclusion of students with disabilities in regular education classes in the early years of elementary school in a school in the central west zone of the city of Manaus/Am. Find out how the history and evolution of the inclusion of people with disabilities in society and education was formed. Discuss possibilities for expanding and guaranteeing the rights of people with disabilities. Contribute to a critical reflection regarding the stance of education professionals in carrying out their pedagogical practices. To achieve the objective we use a qualitative approach, carrying out field research is a research method that involves collecting data directly from the environment where the phenomenon occurs. Given this, data collection



to obtain a deeper and contextualized understanding of the observed phenomena, field visits were carried out to observe and record the information, questionnaires and detailed observation to document the research.

Keywords: Inclusive Education, Early Years of Elementary School, Teachers.

Formação de professores de ensino fundamental na/ para educação inclusiva.

Introdução

Esta pesquisa apresenta um estudo sobre a formação de professores que estão nos anos iniciais do ensino fundamental e como ocorre o diálogo com a Educação Inclusiva em uma escola da zona centro oeste do município de Manaus/Am. O primeiro contato com a escola foi a entrega dos documentos que autorizaram a acadêmica a desenvolver a pesquisa no estabelecimento de ensino.

Esta formação de professores e educação especial tende a auxiliar na construção de práticas que consideram as especificidades dos estudantes enfatizando as potencialidades de cada sujeito, valorizando sua atuação participativa e criativa, seu desenvolvimento e sua aprendizagem, observa-se que enquanto aluna de graduação esse debate se mantém tímido, é que me lançou ao desafio de torná-la foco do meu trabalho.

Para Autor 1, a partir da Declaração de Salamanca (1990), ocorreram mudanças políticas e educacionais no Brasil o que conduziu ao investimento na democratização, oriundo da Legislação 1988, o que acarreta às pessoas com deficiência historicamente invisibilizados ganharem presença nos espaços da sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Especial - LDB nº 9394/ 96 (Brasil, 1996), ressalta que a formação dos profissionais de educação deve ocorrer de forma articulada entre todas as esferas governamentais, sendo elas as instituições de ensino superior e os sistemas de ensino.

A Lei nº 7.853,1989 (Brasil, 1989) reafirma a obrigatoriedade da oferta da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino e define como crime o ato de recusar, suspender, procrastinar, cancelar a inscrição de alunos em estabelecimento público ou privado por motivo de deficiência.

Em uma escola inclusiva, o aluno é sujeito de direito, visto que o espaço escolar tem que garantir o processo de aprendizagem para o exercício pleno da cidadania. A escola inclusiva

é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde, com qualidade pedagógica.

Visto que conforme aponta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI (BRASIL, 2008), identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas especificidades principalmente levando em conta a realidade do educando.

A Lei 13. 146/ 2015 (Brasil, 2015) também são normas legais que contribuem para a compreensão do direito de acesso regular aos estudantes definidos como público da educação especial, neste caso aqueles que apresentam deficiência, transtorno global do espectro autista e ou altas habilidades/ superdotação.

Desta forma, o estudo traz como objetivo geral desta pesquisa analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência nas turmas de ensino regular dos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola da zona centro oeste do município de Manaus/Am.

De forma mais específica fazer um levantamento bibliográfico averiguando como se constituiu a história e evolução da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e na educação e assim levantar discussões e reflexões sobre as possibilidades para ampliação e garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Sendo assim, contribuir para uma reflexão crítica quanto à postura dos profissionais da educação no exercício de suas práticas pedagógicas.

A educação inclusiva visa proporcionar uma educação de qualidade a todos indivíduos, promovendo um ambiente de aprendizagem onde todos possam aprender juntos, o qual vai além da integração, garantindo qualidade educacional para todos.

Dialogar sobre educação inclusiva e formação de professores tem sido o escopo de inúmeras pesquisas como quanto ao delineamento dos seus pressupostos teórico-metodológicos e ainda, por postular um aprofundamento da análise real do seu significado e das suas exigências. A relevância da questão da formação profissional do educador inclusivo ainda possui muitos obstáculos, incertezas e desafios.

Referencial teórico

Historicamente para Autor 1 e Autor 2 (2018), os professores são colocados em uma situação delicada na qual necessita promover o ensino e a aprendizagem dos estudantes da educação inclusiva e os alunos sem especificidade, sendo um desafio preparar material didático para ambos os alunos e ter um resultado satisfatório.

Nesse processo de ensino da educação especial, Severino (2008) defende que o professor da educação básica deve planejar pedagogicamente toda a aula, levando em consideração a proposta da disciplina como um todo, assim como a importância desse conteúdo para a formação em determinada área. Exige-se do professor, além do planejamento sistemático, sua qualificação, assim como uma interação pedagógica com seus alunos e o entendimento de que o processo de ensino e aprendizagem faz parte da construção do próprio conhecimento. Em suma, as atividades de ensino não podem ser realizadas isoladamente: precisam estar articuladas com experiências empíricas que podem ser realizadas por meio de práticas de campo, extensão ou de pesquisa (Severino, 2008).

Diante disso, estudos como os de Mendes (1994) e Sasaki (1997), mostram o como a formação de professores tem permanecido como um dos pontos instáveis desse processo, seja a inicial ou a continuada (Batista, 2020):

Os desafios que unem a busca de formação e a instituição de novas práticas exigem respostas sistêmicas que resultam de uma multiplicidade de programas de ação. Trata-se de iniciativas que devem construir o “novo” a partir de uma rede existente, a qual deve se qualificar (Baptista et al., 2020, p. 10).

Um aluno com necessidades educacionais especiais, segundo Stobäus e Mosquera (2004), é aquele que apresenta algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização, que exige uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que os necessários para os colegas de sua idade e ou nível de ensino. Percebemos, assim, que o conceito de necessidades educacionais especiais está relacionado com a dificuldade de aprendizagem e aos recursos educacionais necessários com a finalidade de atender aos alunos, possibilitando seu aprendizado com êxito.

No entanto, para garantir a inclusão de alunos com deficiência no cotidiano escolar, é preciso considerar o acesso e a permanência destes de modo que possam alcançar os objetivos do processo educativo. Nesse sentido, uma das observações feitas por educandos é a de que estes alunos necessitam de um período de tempo mais longo para o aprendizado. Para Glat (2010), deve-se fazer adaptações nas metodologias e nos instrumentos de avaliação do aluno, com critérios e flexibilidade, atendendo aos estilos, ritmos e peculiaridades individuais de aprendizagem.

Todavia a presença dos saberes teóricos e conceituais relacionados ao ensino e aprendizagem dos alunos em uma perspectiva inclusiva, reflete na formação dos professores seja inicial ou continuada. Enfatizamos que o docente para alcançar resultados necessita desenvolver práticas mais inclusivas para que a aprendizagem seja da mesma forma a todos.

Sendo assim, a formação docente para a inclusão permite aos professores conhecer os princípios que fundamentam a gestão da sala de aula no contexto das diferenças, apresentando-se como um dos pilares fundamentais para a construção da escola inclusiva.

Para tanto, a formação de professores precisa caminhar no sentido de proporcionar aos docentes contínuas possibilidades de inter-relações entre o que vivenciam em sala de aula e a construção histórica do conhecimento humano (com destaque para o que foi produzido na área educacional). [...], a relação entre teoria e prática prima por melhores condições para que os docentes enfrentam os desafios existentes nas salas de aula heterogêneas [...]. Eram sujeitos cujas trajetórias escolares desafiavam os saberes, as ações e as certezas pedagógicas do docente (Vieira et al., 2020, p. 509).

Nessa perspectiva, a formação docente precisa constituir-se como espaço de diálogo que ajude os professores a desenvolver práticas pedagógicas que permitem a formação de professores da sala comum: experiência extensionista para uma atuação inclusiva participação e a aprendizagem de todos os estudantes independentemente das características físicas, intelectuais, sensoriais e/ou comportamentais.

Nesse sentido, para atuar na Educação Especial requer:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base de sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, os centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos da educação especial. Esta formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, os atendimentos de saúde, a promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça. (Brasil, 2008, p.17-18).

Diante desse panorama, cabe ressaltar as condições de trabalho dos professores que atuam no processo de inclusão pois, de acordo com a LDB/96 (Brasil, 1996), a educação especial expressa, em seu artigo 59, o seguinte: os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. Diante desse desafio compete discutir se a escola oferece uma estrutura para desenvolver o trabalho docente como: sala de recursos, psicopedagoga para apoio e orientação educacional. Conforme expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996,

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)
I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Por isso, se justifica ampliar e explorar essa temática de tal forma que os prosseguimentos nos processos formativos em tempos e espaços diferenciados, e com isso a partir de um novo contexto educacional atual a formação continuada docente na perspectiva da inclusão escolar em atendimento aos estudantes autistas no intuito de aprofundamento e construção de conhecimentos científicos acerca desse objeto, para assim a prática docente se fazer satisfatória em sala de aula.

[...] a Educação é um direito de todos. Sua universalização e qualidade significam, além da ampliação das condições para superação das desigualdades sociais, criar possibilidades para que os sujeitos possam questionar a realidade e coletivamente modificar o mundo, a partir de uma concepção de pessoa e de sociedade que reforce o sentimento de responsabilidade, de pertencimento e de engajamento, confronte a submissão aos valores dominantes e busque alternativas para uma sociedade melhor, desafiando todos a repensarem a educação na sua complexidade, no contexto das diferenças (DUTRA;GRIBOSCK, 2006, p.22).

A inclusão é essencial para garantir que todas as pessoas tenham acesso igualitário às oportunidades, principalmente na educação. Vai além do simples acesso ao ensino superior, envolvendo a permanência e o sucesso no processo de ensino-aprendizagem. Historicamente, as instituições de ensino foram marcadas pela exclusão de alguns e inclusão de outros, essa exclusão passou a ser vista como um desafio. Portanto, para promover a inclusão, são necessárias adequações no cotidiano da sala de aula, nas metodologias utilizadas para transmitir os conteúdos.

Castro et al (2018), nos conduz a refletir que a acessibilidade nas escolas vai além da inclusão, sendo um direito constitucional para o ensino inclusivo, as escolas têm a necessidade de se adequar frente a diversidade e de cada indivíduo para que assim permaneçam na instituição e busquem o seu desenvolvimento. Sendo assim, necessitam de material didático, profissionais especializados, mobiliário e espaços físicos adaptados, o que não se vê na maioria das escolas amazônicas, pois, não existem tais adequações às necessidades e individualidades

do aluno, de modo a garantir além de sua permanência na pedagogia, que apoie o processo educacional dos alunos com deficiência.

Zanata (2003), faz algumas observações quanto às necessidades dos alunos com necessidades especiais educativas, que na maioria das vezes têm acesso apenas a uma carteira comum, em uma escola comum, com uma professora comum, tomando um lugar que nem sempre foi por ele desejado e evidentemente planejado, sem garantia de bem-estar físico e social e principalmente, de acesso a um ensino de qualidade.

Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa, no primeiro momento realizou-se um levantamento bibliográfico relacionado à temática proposta. Assim, a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos e documentos legais (Chizzotti, 2003).

A pesquisa fundamenta-se em qualitativa, pois segundo Córdova e Silveira (2009), se caracteriza por uma abordagem que busca compreender um grupo social ou organização do que com representações numéricas. Assim, este estudo tem seus fundamentos alicerçados na natureza qualitativa, pois se apropria de opiniões e estudos científicos de autores que versam sobre a temática da Educação Inclusiva e suas diferentes visões sobre a prática inclusiva na escola.

Essa abordagem metodológica vai além dos dados quantitativos e explora uma variedade de técnicas com a finalidade de apreender e interpretar os significados existentes no ambiente da investigação. Do ponto de vista dos instrumentos metodológicos, no primeiro momento, foi realizada uma pesquisa documental (Chizzotti, 2003). Como estratégia, esta pesquisa combinou diversos instrumentos de coleta tais como, observação para registro de informações por meio de questionários e relatos orais de professores, assim documentar de forma detalhada a pesquisa.

Todo o procedimento metodológico se faz necessário para darmos maior credibilidade aos dados qualitativos, evitando que contenha concepções subjetivas do pesquisador (Szymansky, 2011). A partir daí, se deu a assinatura do TLCE.

Análises e discussões

A escola da qual foi realizada a pesquisa, possui uma ótima estrutura física visto que foi reformada e equipada para atender adequadamente às necessidades dos professores e alunos, mas muitos professores não conseguem proporcionar assistência personalizada aos alunos, salas

de aulas cheias e com mais de três alunos com algum tipo de especificidade e sem um apoio pedagógico e assim o docente fica sobrecarregado. Desse modo, se destaca a necessidade de desenvolvimento profissional contínuo para aprimorar as habilidades em um ensino personalizado, gerenciamento de comportamento e abordagens pedagógicas inclusivas. (Tardif, 2002)

No entanto, na formação continuada de professores e professoras há um campo que dialoga com a realidade concreta, compreendendo e mostrando as suas contradições entre a prática e a teoria.

Em dias de formação continuada para professores de ensino fundamental observamos o quanto os estão insatisfeitos, falam que: “*Poderiam colocar coisas mais práticas*”, “*Eles não sabem a realidade da sala de aula*”, “*Como vou dar atenção e confeccionar materiais específicos se não tenho tempo, tenho vários relatórios para entregar*”. Todavia outros que mesmo com o apoio escolar recusam ajuda argumentando conseguir lidar com desafios e alunos mesmo com laudo (TEA), participando da sala de recursos e tendo uma avaliação diferenciada dizem que são capazes de fazer as avaliações e realizar as provas e assim obterem notas satisfatórias, quanto de fato a realidade é diferente o aluno não consegue desenvolver suas capacidades sozinho, tendo em vista o quanto cada aluno é único e com necessidades diferentes.

A inclusão demanda planejamento e organização dos sistemas de ensino e das escolas, além da formação de todos os profissionais envolvidos no processo de desenvolvimento dos alunos, assim como, que as abordagens de ensino sejam voltadas aos interesses, às habilidades, às motivações e limitações dos alunos.

A organização do trabalho pedagógico para a inclusão é a crônica da reflexão, uma escola que se propõe a acolher a diversidade, proporcionando educação de qualidade independentemente das condições ou características dos alunos também precisa ser diversificada em suas práxis pedagógica e nos elementos que a compõem o currículo, metodologia e avaliação. Assim, discutir os caminhos da inclusão, é uma prática que precisa compor a formação docente e se disseminar socialmente para fomentar a inclusão social.

Nesse aspecto buscamos compreender por meio de um diálogo dual da educação inclusiva e a formação docente na prática pedagógica em uma perspectiva inclusiva na aplicabilidade teórica em escolas de ensino fundamental. Verificar a realidade pedagógica dos professores em sala de aula e também conhecer as condições de trabalho dos docentes de ensino fundamental que atuam no processo de inclusão.

Após levantar alguns questionamentos sobre a insatisfação de um grupo de educadores quanto a formação continuada e acadêmica de professores e sobre a prática na sala de aula, o

qual é insuficiente para lidar com alunos de educação especial, observamos a desmotivação dos docentes na perspectiva da inclusão.

Portanto, se entende como processo de inclusão é amplo, e que a sociedade juntamente com a escola necessita trabalhar mais a respeito desse ponto é saber distinguir a real diferença entre inclusão e integração, com as transformações pequenas e grandes, tanto em ambientes físicos como na sociedade, entretanto para que isso ocorra nas escolas regulares é imprescindível a preparação do ambiente em todos os sentidos, de modo do qual o aluno não seja discriminado e possa aprender e desenvolver conforme prevê a legislação educacional.

Considerações

A Escola Inclusiva deve proporcionar aos alunos a apropriação do conhecimento escolar ao mesmo tempo que os demais colegas, não apenas a adaptação dos materiais e do ambiente, mas a mudança social, cultural e pedagógica. Portanto, o docente participa desse processo e necessita estar capacitado, contribuindo de fato com a inclusão da diferença e da diversidade.

Nesse contexto, se adaptar às novas metodologias de ensino para atender aos diversos requisitos e capacidades dos alunos em sala de aula representa um desafio para os professores exigindo assim a aquisição de habilidades e abordagens adicionais para atender de fato a todos os alunos.

Diante disso, os sistemas de formação docente precisam ser repensados, com propostas de reconstrução para capacitar os professores por meio de um processo permanente de desenvolvimento prático envolvendo a formação inicial e continuada, oportunizando assim a construção e ampliação de suas habilidades para trabalhar o ensino inclusivo nas escolas de ensino fundamental com o objetivo de alcançar todos os alunos nas suas diferentes necessidades de aprendizagens.

Por fim, a arte de ensinar não pode partir da hipótese que exista um aluno padrão, pois a realidade que o educador enfrentará será bem diferente do que lhe é ensinado nas academias e universidades, devemos estar preparados para as adversidades que a profissão impõe. Destacamos também que a educação inclusiva auxilia e busca contemplar o cotidiano das crianças as quais necessitam de atenção diferenciada. Porém ainda há uma necessidade de avanços em relação às políticas públicas, além do investimento em formação continuada visando a prática pedagógica de modo a promover uma educação com intuito de que esses estudantes possam obter melhorias no seu processo de ensino e aprendizagem.

Referências

ANTUNES, Jéssica Mais; ALMEIDA, Leonardo Rocha de; MARINHO, Greice Kelly; MARTINS, Rosemari Lorenz. FORMAÇÃO DO PROFESSOR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA. ANAIS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO, [S. l.], v. 2, p. 198–207, 2024. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/anaisseminariodehistoriaeeducaca/article/view/1068>. Acesso em: 6 jul. 2024.

BAPTISTA, Claudio Roberto et al. Educação Especial, pesquisa e ação docente: introduzindo diálogos. In: TEZZARI, Mauren Lúcia et al. (org.). Docência e inclusão escolar: percursos de formação e de pesquisa. Marília: ABPEE, 2020. p. 9-18. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/214582/001118256.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 05 jul. 2024.

CASTRO, G. C.; ABRAHÃO, C. A. F.; NUNES, A. X.; NASCIMENTO, L. C. G.; FIGUEREDO, G. L. A. Inclusão de alunos com deficiências em escolas da rede estadual: um estudo sobre acessibilidade e adaptações estruturais. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 93-106, 2018.

CÓRDOVA, F. P.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humana e sociais: evolução e desafios. Revista Portuguesa de Educação, Braga, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/374/37416210.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

Autor 1; Autor 2. O diálogo do currículo de formação de professores com a prática no Atendimento Educacional Especializado-AEE na mesorregião do Baixo Amazonas. III Congresso Internacional de Educação Inclusiva & a III Jornada Chilena Brasileira Sobre Educação Inclusiva e Direitos Humanos. Campinas Grande-Pb, 2018.

Autor 1. Formação docente para o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais na terra das crianças caboclas encantadas do Baixo Amazonas. 2022. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

Autor 1; Autor 2. A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM UM CENTRO EDUCACIONAL DE TEMPO INTEGRAL EM PARINTINS/AM. Revista de Estudos Interdisciplinares, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 01–12, 2024. DOI: 10.56579/rei.v6i1.974. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/974>. Acesso em: 28 jun. 2024.

DUTRA, C. P; GRIBOSCKI, C. M. Educação Inclusiva: um projeto coletivo de transformação do sistema educacional. In: SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO DE GESTORES E

EDUCADORES, 3., 2006, Brasília. Anais...Brasília: Ministério da Educação –Secretaria de Educação Especial, 2006. 146p.

GLAT, R; PLETSCH, M. D. O papel da Universidade no contexto da política de Educação Inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. Revista de Educação Especial, [s. l.], v. 23, 2010.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1987.

Lei 7.853: Direito das pessoas portadoras de deficiência Imprensa: Brasília, Corde, 1989. Descrição Física: 1 v. Referência: 1989.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9394/96. 1996.

MENDES, E. G. Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional. 1994. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SEVERINO, A. J. Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração. Cadernos de Pedagogia Universitária, São Paulo, n. 3., abr. 2008.

STOBÄUS, Claus Dieter e MOSQUERA, Juan José Mouriño (Orgs.). Educação Especial: em direção à Educação Inclusiva. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SZYMANSKY, H. (org.). Entrevista reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. In: SZYMANSKY, H; ALMEIDA, L. R.; PRANDINI, R. C. A entrevista na pesquisa em Educação: a prática reflexiva. Brasília: Liber Livro, 2011.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VIEIRA, Alexandro Braga; JESUS, Denise Meyrelles de. Falando de formação de professores e cartografando propostas formativas em contexto. In: OLIVEIRA, Ivone Martins de; RODRIGUES, David; JESUS, Denise Meyrelles de (org.). Formação de professores, práticas pedagógicas e inclusão escolar: perspectivas luso brasileiras. Vitória: EDUFES, 2017. p. 129-148. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/6a38c62a-808c-4359-9394-bf66746085cb/content>. Acesso em: 26 jun. 2024.

ZANATA, E. M. Avaliação do primeiro ano de implantação de um projeto de inclusão em uma escola de ensino fundamental da rede pública no Estado de São Paulo. In: MARQUEZINE, M. C. et al. (Org.). Inclusão. Londrina, PR: EDUEL, 2003.